



ANGOLA

# “Transparência e Responsabilização em Angola”

Uma Actualização

HUMAN  
RIGHTS  
WATCH



# **Transparência e Responsabilização em Angola**

**Uma Actualização**

Copyright © 2010 Human Rights Watch  
All rights reserved.  
Printed in the United States of America  
ISBN: 1-56432-616-0  
Cover design by Rafael Jimenez

Human Rights Watch  
350 Fifth Avenue, 34th floor  
New York, NY 10118-3299 USA  
Tel: +1 212 290 4700, Fax: +1 212 736 1300  
hrwnyc@hrw.org

Poststraße 4-5  
10178 Berlin, Germany  
Tel: +49 30 2593 06-10, Fax: +49 30 2593 0629  
berlin@hrw.org

Avenue des Gaulois, 7  
1040 Brussels, Belgium  
Tel: + 32 (2) 732 2009, Fax: + 32 (2) 732 0471  
hrwbe@hrw.org

64-66 Rue de Lausanne  
1202 Geneva, Switzerland  
Tel: +41 22 738 0481, Fax: +41 22 738 1791  
hrwgva@hrw.org

2-12 Pentonville Road, 2nd Floor  
London N1 9HF, UK  
Tel: +44 20 7713 1995, Fax: +44 20 7713 1800  
hrwuk@hrw.org

27 Rue de Lisbonne  
75008 Paris, France  
Tel: +33 (1)43 59 55 35, Fax: +33 (1) 43 59 55 22  
paris@hrw.org

1630 Connecticut Avenue, N.W., Suite 500  
Washington, DC 20009 USA  
Tel: +1 202 612 4321, Fax: +1 202 612 4333  
hrwdc@hrw.org

Web Site Address: <http://www.hrw.org>



ABRIL 2010

1-56432-616-0

## Transparência e Responsabilização em Angola Uma Actualização

<b>I. Sumário .....</b>	<b>1</b>
<b>II. Reformas Desde 2004.....</b>	<b>6</b>
Publicação das Receitas do Petróleo: A Página Web do Ministério das Finanças e os Pagamentos de Bónus de Assinatura .....	7
O Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE) .....	8
Auditorias da Sonangol.....	9
O Presidente dos Santos Critica a Corrupção .....	10
<b>III. Novas Provas de Corrupção e Má Gestão.....</b>	<b>13</b>
A Investigação do Senado norte-americano.....	13
Pierre Falcone .....	14
Dr. Aguiinaldo Jaime.....	17
Falta de Transparência Ligada a Investimentos Chineses em Angola .....	19
Alegações de Corrupção pelo General Fernando Miala.....	21
<b>IV. Alcançar Maior Transparência e Responsabilização .....</b>	<b>23</b>
O Fundo Monetário Internacional .....	23
A Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extractivas .....	25
O Papel dos Governos Estrangeiros .....	26
China .....	27
Os Estados Unidos .....	28
França .....	31
<b>V. Recomendações .....</b>	<b>33</b>
Ao Governo de Angola .....	33
Ao Governo da China.....	33
Ao Governo dos Estados Unidos da América.....	33
Aos Outros Membros do Conselho de Administração do FMI .....	34
Ao Fundo Monetário Internacional (FMI) .....	34
<b>VI. Agradecimentos .....</b>	<b>35</b>

## I. Sumário

O governo de José Eduardo dos Santos, no poder em Angola desde 1979, tem historicamente mal gerido as receitas de petróleo substanciais do país e tem-se servido do controlo que detém sobre a riqueza petrolífera para se proteger do escrutínio público. Apesar de o governo ter introduzido, nos últimos anos, algumas reformas importantes em prol da transparência no sector petrolífero, há muito mais a fazer para refrear a corrupção e dar aos cidadãos angolanos as ferramentas necessárias para responsabilizar o governo pelas suas acções.

Este relatório analisa as reformas até à data, expõe os escândalos de corrupção recentes e recomenda os passos que as autoridades angolanas, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e os parceiros-chave, tais como a China e os Estados Unidos da América podem dar para garantir que as reformas são significativas e duradouras.

A escala da corrupção e má gestão em Angola tem sido enorme. Tanto a Human Rights Watch como outras entidades já haviam documentado anteriormente que, apesar de os indicadores de desenvolvimento de Angola permanecerem entre os piores do mundo, milhares de milhões de dólares em receitas de petróleo passaram ilegalmente pelo banco central de Angola e desapareceram sem explicação. Por exemplo, entre 1997 e 2002, cerca de 4,2 mil milhões de USD desapareceram dos cofres do estado, um número aproximadamente igual às despesas sociais e humanitárias, estrangeiras e nacionais, feitas em Angola durante o mesmo período. Enquanto milhões de angolanos empobrecidos e devastados pela guerra não tinham acesso a hospitais ou escolas, foram gastos milhares de milhões de dólares que poderiam ter sido usados para providenciar serviços sociais necessários.

Estas receitas em falta reflectem, de forma geral, uma falha na responsabilização do governo e estão directamente relacionadas com a incapacidade de o governo angolano promover instituições que protejam o Estado de Direito e os direitos humanos. A exposição da corrupção e má gestão colossais da riqueza do país fez do governo um símbolo da devastação cometida por um estado rico em recursos, mas irresponsável. Foi-lhe negado o acesso a fundos de instituições como o FMI, e os doadores ocidentais recusaram a realização de um conferência internacional de ajuda, preocupados com a possibilidade da nova assistência poder vir a subsidiar a má gestão e a corrupção.

A brutal guerra civil angolana, que afectou o país inteiro, terminou em 2002—à excepção do enclave de Cabinda, onde subsiste uma rebelião separatista—o que permitiu ao Governo concentrar-se na reconstrução e ocupar-se da população em sofrimento. O fim da guerra também coincidiu com um enorme aumento das receitas do petróleo, devido ao aumento da produção, e com a subida dramática do preço global do petróleo. Como resultado, o produto interno bruto do país (PIB) aumentou mais de dez vezes entre 1997 e 2008, de 7,8 mil milhões de USD em 1997<sup>1</sup> para cerca de 83,4 mil milhões de USD em apenas 11 anos.<sup>2</sup>

O fim da guerra e a recém-descoberta riqueza do país também coincidiram com a ascensão da China e de outros países em rápido crescimento, com uma sede de petróleo semelhante à dos seus congéneres ocidentais. Angola encontrou novas fontes importantes de financiamento, novos aliados e menos exigências de reformas. Mas os escândalos de corrupção no estrangeiro e as lacunas flagrantes do país em áreas como a educação e a saúde mantiveram a má governação em Angola no centro das atenções.

O governo já deu alguns passos em direcção às reformas desde o final da guerra civil em 2002. Actualmente, publica atempadamente as contas das receitas de petróleo; introduziu um sistema de gestão financeira para controlar as despesas governamentais; efectuou a auditoria da poderosa empresa de petróleo detida pelo estado; e, recentemente, o presidente condenou publicamente e com veemência a corrupção no governo.

Mas os indicadores básicos de desenvolvimento, especialmente em comparação com os indicadores de corrupção, não sugerem melhorias proporcionais a um aumento de 1000 por cento no PIB do país em pouco mais de uma década. Houve melhorias no país, tal com a reconstrução de infra-estruturas, mas os indicadores de desenvolvimento humano têm sido desanimadores.

Quando o país foi devastado pela guerra civil e a economia tinha menos de um décimo do seu tamanho actual, Angola ocupava a 157<sup>a</sup> posição entre 175 países no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Em 2006, Angola ocupava a 161<sup>a</sup> posição entre 177 países.<sup>3</sup> Em 2007 e 2008,

---

<sup>1</sup> Human Rights Watch, *Angola-Alguma Transparência, Nenhuma Responsabilização: A Utilização das Receitas do Petróleo e o Seu Impacto nos Direitos Humanos* (Nova Iorque: Human Rights Watch, 2004) <http://www.hrw.org/en/node/12195/section/1>.; Economist Intelligence Unit (EIU), “EIU Country Profile 1998-99: Angola,” 1998, p. 11.

<sup>2</sup> O Banco Mundial, “Perfil de Dados,” Angola, 2000-2008, [http://ddp-ext.worldbank.org/ext/ddpreports/ViewSharedReport?&CF=&REPORT\\_ID=9147&REQUEST\\_TYPE=VIEWADVANCED](http://ddp-ext.worldbank.org/ext/ddpreports/ViewSharedReport?&CF=&REPORT_ID=9147&REQUEST_TYPE=VIEWADVANCED) (consultado em 14 de Fevereiro de 2010).

<sup>3</sup> Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), “Índice de Desenvolvimento Humano,” 2006, <http://hdr.undp.org/en/media/HDR06-complete.pdf> (consultado em 14 de Fevereiro de 2010).

ocupava a 159<sup>a</sup> posição entre 179 países.<sup>4</sup> Apesar de ter subido, em 2009, para a 143<sup>a</sup> posição entre 182 países<sup>5</sup>, continuava a ocupar a 162<sup>a</sup> posição entre 180 países do *Índice de Percepção da Corrupção* de 2009, publicado pela Transparência Internacional.<sup>6</sup> Ao nível da corrupção, trata-se de uma classificação pior do que em 2008, ano em que Angola ocupava a 158<sup>a</sup> posição entre 180 países.<sup>7</sup> Tem figurado entre os países mais corruptos do índice, desde a sua primeira publicação no ano 2000.

Além disso, o Presidente dos Santos e o seu Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), o partido no poder, estão, mais do que nunca, firmemente estabelecidos no governo. O partido venceu com uma esmagadora maioria parlamentar nas eleições de Setembro de 2008, adquirindo o controlo de 191 dos 220 assentos. Em Janeiro de 2010, o parlamento ratificou uma nova constituição que elimina as eleições presidenciais e permite ao Presidente dos Santos, desde que se mantenha como líder do partido, permanecer no poder até 2022, 43 anos após a sua chegada ao poder.

Angola continua a ser um exemplo dos problemas que flagelam um estado rico em recursos. Está dependente de uma fonte de receitas significativa controlada de forma centralizada e, como tal, não depende dos impostos domésticos ou de uma economia diversificada para funcionar. Os seus dirigentes têm oportunidades únicas de enriquecimento e corrupção, sobretudo dada a falta de suficiente transparência ou espaço político para que o público os chame à responsabilidade. Há fortes desincentivos a abrir mão do poder político, visto ser também um caminho para o enriquecimento económico.

Esta dinâmica exerce um efeito corrosivo na governação e, fundamentalmente, no respeito pelos direitos humanos. Em vez de trazer prosperidade, o primado do Direito e respeito pelos direitos humanos, a existência de uma fonte de receitas controlada de forma centralizada, tal como o petróleo, pode servir para reforçar ou exacerbar as piores tendências de um dirigente ou de uma elite governativa não democráticas ou irresponsáveis, oferecendo-lhes meios financeiros para se estabelecerem e enriquecerem sem que tenham de lidar com pressões significativas para prestar contas. Não é por acaso que o presidente

---

<sup>4</sup> PNUD, “Índice de Desenvolvimento Humano,” 2007, 2008, [http://hdr.undp.org/en/media/HDI\\_2008\\_EN\\_Tables.pdf](http://hdr.undp.org/en/media/HDI_2008_EN_Tables.pdf) (consultado em 14 de Fevereiro de 2010).

<sup>5</sup> PNUD, “Índice de Desenvolvimento Humano,” 2009, [http://hdr.undp.org/en/media/HDR\\_2009\\_EN\\_Indicators.pdf](http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2009_EN_Indicators.pdf) (consultado em 14 de Fevereiro de 2010).

<sup>6</sup> Transparência Internacional, “Índice de Percepção da Corrupção,” 2009, [http://transparency.org/policy\\_research/surveys\\_indices/cpi/2009/cpi\\_2009\\_table](http://transparency.org/policy_research/surveys_indices/cpi/2009/cpi_2009_table) (consultado em 14 de Fevereiro de 2010).

<sup>7</sup> Transparência Internacional, “Índice de Percepção da Corrupção,” 2008, [http://transparency.org/news\\_room/in\\_focus/2008/cpi2008/cpi\\_2008\\_table](http://transparency.org/news_room/in_focus/2008/cpi2008/cpi_2008_table) (consultado em 14 de Fevereiro de 2010).

de Angola, um dos maiores produtores de petróleo do mundo, esteja a começar a sua quarta década no poder.

Apesar das reformas limitadas e de uma economia política que cria enormes obstáculos às melhorias ao nível da governação e dos direitos humanos, 2010 oferece algumas perspectivas de mudança. Tal como tantos outros países dependentes do petróleo, Angola segue um ciclo económico de ascensão e queda ligado ao preço volátil do petróleo. Historicamente, o país tem recorrido ao FMI em tempos difíceis, apenas para depois rejeitar os pedidos de reformas do Fundo quando o preço do petróleo volta a subir. Após quase uma década de *boom*, a crise económica global e a queda do preço do petróleo levaram Angola a recorrer novamente ao FMI e, desta vez, o país recebeu US\$1,4 mil milhões em fundos de emergência. Em troca, aceitou concluir auditorias à Sonangol e exercer um maior controlo sobre as despesas governamentais, medidas que podem aumentar significativamente a responsabilização do governo, caso sejam levadas a cabo e tornadas públicas.

Pode também ser uma oportunidade para que os parceiros comerciais chave exerçam pressões para que haja mudanças em Angola através do quadro do FMI. O governo chinês, juntamente com empresas dos EUA, são os maiores investidores, parceiros comerciais e consumidores do petróleo angolano. A China investiu milhares de milhões em acordos de troca de petróleo por infra-estruturas, mantendo-se relativamente silenciosa em relação à governação em Angola e noutros lados. Objecto de especial preocupação é o Fundo de Investimento Chinês, uma proeminente empresa chinesa privada que mantém estreitas relações à Sonangol. Os Estados Unidos têm-se expressado abertamente sobre a corrupção, mas é pouco provável que alguns dos seus propósitos políticos venham a ter um impacto significativo. Têm ambos a oportunidade de responsabilizar o governo angolano pelos compromissos assumidos ao abrigo do acordo com o FMI.

O Senado norte-americano também abriu uma janela de oportunidades para reformas, ao denunciar como funcionários e empresários corruptos em Angola transferiram fundos para os Estados Unidos. Num relatório publicado em Fevereiro de 2010, o Senado apresentou um conjunto abrangente de reformas recomendadas que dificultariam o roubo do dinheiro dos cidadãos pelos cleptocratas e a transferência do mesmo para os Estados Unidos. A Human Rights Watch acredita que estas medidas têm uma importância crítica para ajudar a garantir que a corrupção não põe em risco os direitos humanos em Angola.

Este pode ser um ponto de viragem para as reformas em Angola. Mas sem vontade política da parte do governo e sem pressões significativas da comunidade internacional, pode



desperdiçar-se mais uma oportunidade de usar a imensa riqueza natural do país em benefício do seu povo.

## II. Reformas Desde 2004

O governo angolano tomou uma série de medidas para melhorar a transparência da contabilidade das receitas de petróleo recebidas. A medida mais notável e amplamente elogiada consiste na publicação detalhada das receitas de petróleo na página web do Ministério das Finanças. Mais recente é a implementação do Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE), cujo objectivo é permitir ao governo controlar melhor a sua utilização dos fundos. O governo também efectuou auditorias à Sonangol e a outras instituições. E em 2009, o Presidente dos Santos começou a denunciar publicamente a corrupção no governo.

No entanto, os passos dados em direcção à transparência não tiveram o sucesso declarado. Nem conduziram a uma maior responsabilização ou a ganhos significativos na realização dos direitos para os angolanos. Isto deve-se ao facto de alguns esforços não estarem a produzir resultados, como é o caso do SIGFE, e de o governo não ter divulgado informação importante, incluindo as auditorias da Sonangol. Tal como irá ser descrito ao longo do capítulo seguinte, isto deve-se também ao facto de o governo ter feito pouco para melhorar a transparência ao nível das despesas (ao contrário do sector das receitas): as despesas do governo continuam a ser, muitas vezes, demasiado opacas, impedindo os angolanos de identificar quanto dinheiro foi gasto.

As declarações do presidente e as acções levadas posteriormente a cabo pelos funcionários do governo podem ser um sinal de um novo compromisso em tomar medidas severas contra a corrupção. No entanto, devem ser abordadas com elevado cepticismo, visto que o presidente e o partido governante estão no poder há mais de três décadas, inclusive durante todo o período em que se verificou um aumento desenfreado da corrupção alimentada pelo petróleo. Além disso, as declarações surgem num contexto em que, no seguimento das eleições parlamentares de 2008, o presidente e o partido no poder, o MPLA, asseguraram um domínio quase total sobre o poder político do país, têm quase total controlo sobre o ritmo das reformas, e sobre até que ponto irão permitir serem responsabilizados.

## Publicação das Receitas do Petróleo: A Página Web do Ministério das Finanças e os Pagamentos de Bónus de Assinatura

O governo aumentou significativamente a transparência das receitas de petróleo. Desde pelo menos 2004, o Ministério das Finanças angolano tem vindo a publicar os detalhes da produção de petróleo por bloco petrolífero na sua página web e o governo tem divulgado pagamentos de bónus de assinatura colossais. Também fornece informação limitada sobre as receitas de diamantes através da página web do ministério.

O ministério publica mensalmente informação detalhada sobre a produção de petróleo e as exportações petrolíferas, bem como as receitas dessas vendas auferidas pelo governo. É relativamente actual, apresentando informação que recua até 2007, sendo que, aquando da redacção deste relatório, a publicação estava com um atraso de cerca de dois a três meses.<sup>8</sup> O governo tomou esta medida em resposta às numerosas críticas à falta de transparência sobre as receitas de petróleo, e às descobertas e recomendações críticas contidas no Estudo Diagnóstico do Sector Petrolífero de 2002. Esse estudo foi uma exigência de um acordo feito entre o FMI e o governo em 2000.<sup>9</sup>

A página web aumentou significativamente a transparência das receitas de petróleo do governo e, em menor grau, das receitas de diamantes. O governo também recebeu numerosos elogios da comunidade internacional. O Banco Mundial assinalou que “a publicação deste grau de detalhe é praticamente única entre os países produtores de petróleo.”<sup>10</sup> A Secretária de Estado norte-americana, Hillary Clinton, elogiou a publicação da informação durante a sua visita a Angola em Agosto de 2009.<sup>11</sup>

Os pagamentos de bónus de assinatura—pagamentos de grandes quantias em dinheiro feitos pelas empresas petrolíferas ao governo, em troca de blocos petrolíferos lucrativos offshore—já eram há muito um tema controverso em Angola. O governo raramente divulgou o valor e a utilização desses fundos. No final da década de 1990, cerca de US\$970 milhões

---

<sup>8</sup> Ministério das Finanças de Angola, “Petróleo e Diamantes,” <http://www.minfin.gv.ao/docs/dspPetrolDiamond.htm> (consultado em 18 de Fevereiro de 2010).

<sup>9</sup> Human Rights Watch, *Angola-Alguma Transparência, Nenhuma Responsabilização: A Utilização das Receitas do Petróleo e o Seu Impacto nos Direitos Humanos* (Nova Iorque: Human Rights Watch, 2004) <http://www.hrw.org/en/node/12195/section/1>.

<sup>10</sup> Banco Mundial, “Angola, Memorando Económico sobre o País (CEM): Petróleo, Crescimento Alargado e Equidade,” Relatório Nº 35362-AO, 2 de Outubro de 2006, p. 44.

<sup>11</sup> Departamento de Estado norte-americano, Secretária de Estado Hillary Rodham Clinton, “Comentários com o Ministro dos Negócios Estrangeiros angolano, Assunção Afonso dos Anjos,” Luanda, Angola, 9 de Agosto de 2009.

em pagamentos de bônus foram utilizados em compras opacas de armas.<sup>12</sup> Esta situação mudou em Maio de 2004, quando a Sonangol anunciou que a Chevron tinha pago \$210 milhões em bônus de assinatura e um bônus social no valor de \$80 milhões para prolongar a sua concessão do Bloco Zero em Cabinda até 2030.<sup>13</sup> Foi a primeira vez que o governo ou a Sonangol tornaram público um pagamento deste género, o que coincidiu com a visita do Presidente dos Santos a Washington DC para conhecer o então Presidente George W. Bush. Em 2006, a Sonangol anunciou os vencedores de uma nova ronda de licitações para licenças petrolíferas e divulgou uma série de bônus com valor superior a \$3 mil milhões, um recorde mundial.<sup>14</sup>

Apesar da publicação, com início em 2004, de informação sobre as receitas ter sido uma medida sem precedentes em Angola e um importante passo em frente, o governo não apresentou um grau de transparência comparável em relação às despesas do estado, nem tomou as medidas necessárias para combater eficazmente a corrupção. Além disso, o governo e outras entidades referiram a página web como uma razão para não aderir à Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extractivas (ITIE), como é explicado em baixo.

## **O Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE)**

O SIGFE é um sistema implementado pelo governo angolano, com assistência internacional, para controlar todas as receitas e despesas governamentais a nível nacional e provincial. Tem sido destacado como um passo importantíssimo para a responsabilização governamental e o combate à corrupção. O Banco Mundial anunciou que, até 2008, o sistema estaria completamente funcional.<sup>15</sup>

Em Março de 2009, a Human Rights Watch questionou os funcionários do Banco Mundial em Angola sobre a corrupção governamental e sobre se os mecanismos de controlo no lugar são suficientes para impedir a má gestão e a corrupção. Como resposta referiram o SIGFE. Um funcionário do Banco Mundial disse-nos que “nós não efectuamos auditorias às despesas do governo e, por isso, não podemos precisar quanto foi perdido para a corrupção

---

<sup>12</sup> Human Rights Watch, *Alguma Transparência, Nenhuma Responsabilização*.

<sup>13</sup> “ChevronTexaco Awarded Extension to Block Oil Concession in Angola,” comunicado de imprensa da ChevronTexaco, 13 de Maio de 2004.

<sup>14</sup> Economist Intelligence Unit (EIU), “Angola Country Report,” Junho de 2006, p. 21.

<sup>15</sup> Banco Mundial, “Angola, Memorando Económico sobre o País (CEM): Petróleo, Crescimento Alargado e Equidade,” Relatório Nº 35362-AO, 2 de Outubro de 2006, p. 44.

ou para outros factores. Consultar o SIGFE seria útil para o vosso grupo, visto que apresenta contas detalhadas das despesas, para ver se foram usadas de forma adequada.”<sup>16</sup>

Apesar desta propaganda subentendida a favor do SIGFE, outras entidades que trabalharam de perto com informação do SIGFE descrevem um cenário problemático no que respeita ao estado e eficiência do sistema. Um relatório publicado um mês antes de a Human Rights Watch falar com o Banco Mundial, a Development Alternatives, Inc. (DAI), uma firma de consultoria sediada nos EUA, contratada pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) em Angola para avaliar os aspectos de um projecto de reforma fiscal financiado pela USAID, fez vários alertas. No seu relatório, a DAI anuncia que a Unidade de Programação Fiscal (UPF), a entidade do governo angolano criada para monitorizar as receitas e as despesas, não podia cumprir adequadamente este papel devido a graves problemas com o SIGFE, incluindo o facto de “a informação sobre as despesas do [g]overno de algumas agências ainda não ter sido inserida no SIGFE e, como tal, estar sujeita a erro, não-divulgação ou atraso na divulgação” e que passar-se-ão “alguns anos” até que o SIGFE esteja totalmente operacional.<sup>17</sup> O FMI anunciou algumas melhorias em Novembro de 2009, quando disse que todas as agências usavam o SIGFE, mas não comentou a exactidão da informação que o relatório da DAI divulgou. Além disso, a informação do sistema SIGFE não é pública e, como tal, os angolanos não têm forma de avaliar a utilização dos fundos públicos pelo governo. Tendo em conta as suas limitações, não pode ainda considerar-se que o SIGFE exerce um controlo adequado das despesas e, muito menos, que constitui uma ferramenta eficaz para combater a corrupção.

## Auditorias da Sonangol

Uma das medidas mais importantes que o governo podia tomar era auditar a Sonangol e divulgar publicamente os resultados. Historicamente, a companhia tem sido bastante opaca. Por exemplo, o primeiro Estudo Diagnóstico do Sector Petrolífero revelou que a Sonangol tinha pago menos \$2,1 milhares de milhões ao banco central de Angola, apesar da cedência desses fundos ser uma exigência legal.<sup>18</sup> Além disso, a Sonangol nunca tinha sido auditada até ao ano de 2003, altura em que a firma internacional de contabilidade Ernst and Young foi pela primeira vez contratada para realizar auditorias anuais à empresa.<sup>19</sup> No entanto, estes resultados ainda não foram tornados públicos. No âmbito do Acordo Stand-By

---

<sup>16</sup> Entrevista da Human Rights Watch a um funcionário do Banco Mundial, Luanda, 30 de Março de 2009.

<sup>17</sup> Development Alternatives, Inc., “USAID: Report on the Impact of the Angola Fiscal Reform Project on the Capacity of the Fiscal Programming Unit of the Ministry of Finance,” Fevereiro de 2009, pp. 2, 5.

<sup>18</sup> Human Rights Watch, *Alguma Transparência, Nenhuma Responsabilização*.

<sup>19</sup> Banco Mundial, “Angola, Memorando Económico sobre o País (CEM): Petróleo, Crescimento Alargado e Equidade,” p. 44.

celebrado com o FMI, Angola comprometeu-se a concluir uma auditoria completa das contas de 2008 da Sonangol e a “publicar os balanços financeiros auditados da Sonangol.”<sup>20</sup> A Human Rights Watch acredita que o governo angolano deve publicar as auditorias da Sonangol e que o FMI e os membros do seu conselho de administração devem exigir que tais publicações sejam um pré-requisito para o pagamento de parcelas do empréstimo do Acordo Stand-By do FMI.

## O Presidente dos Santos Critica a Corrupção

Desde Novembro de 2009, o Presidente dos Santos fez várias declarações fortes contra a corrupção governamental e anunciou que estavam em curso investigações à corrupção nas instituições do estado. A maioria destas declarações ocorreu pouco antes do FMI anunciar o Acordo Stand-By em Novembro de 2009, e pouco depois do Senado norte-americano divulgar o seu relatório sobre a corrupção, em Fevereiro de 2010.

A 21 de Novembro de 2009, o Presidente dos Santos pediu uma política de “tolerância zero” contra a corrupção no governo, durante um discurso no encontro do Comité Central do partido no poder. O presidente dos Santos referiu que “A transparência dos actos de gestão e a boa governação são uma frente em que ainda há muito trabalho a fazer.” O presidente também repreendeu o partido no poder e disse que tinha sido “tímido” em combater a corrupção.<sup>21</sup> O discurso foi dado poucos dias após a Transparência Internacional ter publicado o seu *Índice de Percepção da Corrupção* de 2009, segundo o qual Angola ocupava a 162<sup>a</sup> posição entre 180 países, e apenas dois dias antes de o FMI ter anunciado o Acordo Stand-By de 1,4 mil milhões de USD para o país.<sup>22</sup>

As ONG locais urgiram dos Santos a transformar as palavras em acções. Por exemplo, António Ventura, director da Associação Justiça, Paz e Democracia (AJPD), pediu “acções concretas do presidente e do seu círculo interno para acabar com a corrupção....”<sup>23</sup> Rafael Marques, activista angolano contra a corrupção, publicou aquilo a que chamou “uma breve investigação às práticas” da fundação filantrópica do próprio presidente, a Fundação Eduardo dos Santos (FESA). Na publicação, expõe que a FESA ignorou “várias disposições

---

<sup>20</sup> Fundo Monetário Internacional, “Angola: Pedido de Acordo Stand-By,” Relatório de País do FMI Nº 09/320, Novembro de 2009, p. 9.

<sup>21</sup> “Discurso do Presidente do MPLA na reunião do Comité Central,” Angop, 21 de Novembro de 2009; “Angolan President Calls for ‘Zero Tolerance’ of Corruption,” *Platts Commodity News*, 22 de Novembro de 2009.

<sup>22</sup> “Corruption Threatens Global Economic Recovery, Greatly Challenges Countries in Conflict,” comunicado de imprensa da Transparência Internacional, 17 de Novembro de 2009; “IMF Executive Board Approves \$1.4 billion Stand-By Arrangement with Angola,” comunicado de imprensa do Fundo Monetário Internacional, 23 de Novembro de 2009.

<sup>23</sup> Henrique Almeida, “Angolan President Calls On Party to End Corruption,” Reuters, 21 de Novembro de 2009.

legais que proíbem o uso dos poderes públicos para fins pessoais, os conflitos de interesse, tráfico de influências e outros actos de corrupção.”<sup>24</sup>

Alguns dias depois, a 25 de Novembro, o governo angolano pareceu dar resposta a estas críticas quando o gabinete do Procurador Geral da República anunciou o lançamento de uma investigação sobre transferências ilegais do banco central e do Ministério das Finanças para bancos no estrangeiro, e disse que ia levar “os alegados autores destes actos ilícitos a tribunal” e “devolver o dinheiro retirado do tesouro nacional.”<sup>25</sup> A 18 de Fevereiro de 2010, o Procurador-Geral anunciou a prisão de 21 indivíduos por alegado desvio de \$137 milhões do banco central e do Ministério das Finanças em 2009, não revelando, no entanto, os nomes dos mesmos.<sup>26</sup> Esta medida demonstrou que o governo podia lidar com as alegações de corrupção se tivesse a vontade política para fazê-lo.

O presidente dos Santos reiterou o seu pedido de combate à corrupção a 8 de Fevereiro de 2010, quatro dias após o Senado norte-americano ter publicado um relatório e realizado audiências públicas sobre a corrupção em Angola, Guiné Equatorial, Gabão e Nigéria. Durante o discurso que assinalou a aprovação da nova constituição, o presidente anunciou que iria aprovar uma nova Lei da Probidade Administrativa, como forma de “vai desencorajar os órgãos e agentes públicos que queiram fazer do erário público uma fonte de enriquecimento ilícito.”<sup>27</sup> Esta lei inclui cláusulas sobre a declaração obrigatória de receitas dentro e fora de Angola (incluindo todo o tipo de bens, tal como bens imobiliários) para os funcionários do estado; e penas de 2 a 8 anos de prisão para funcionários do estado que utilizem o seu poder e posição para impedir a aplicação de uma lei ou ordem do poder judicial ou de qualquer outra autoridade pública.<sup>28</sup> Também referiu que a firma internacional de contabilidade Ernst and Young ia ajudar o governo a fazer reformas na gestão dos fundos públicos.<sup>29</sup>

As declarações de Fevereiro podiam indicar desenvolvimentos importantes, caso lhes fosse dado seguimento, mas é importante referir que foram proferidas durante uma cerimónia de

---

<sup>24</sup> Rafael Marques de Morais, “A Promiscuidade do Presidente da República,” *post* publicado no blogue “Maka Iniciativa Anti-Corrupção” em 10 de Novembro de 2009, <http://makaangola.com/?p=138&lang=pt-pt> (consultado em 30 de Março de 2010).

<sup>25</sup> “Angola to Probe ‘Illegal’ Transfers from Central Bank,” *Agence France-Presse*, 25 de Novembro de 2009.

<sup>26</sup> “Fraudes no BNA em finais de 2009 lesam o Estado em cerca de 137 milhões de USD,” *Angop*, 18 de Fevereiro de 2010.

<sup>27</sup> “Íntegra do discurso do PR na tomada de posse do novo governo,” *Angop*, 8 de Fevereiro de 2010, [http://www.portalangop.co.ao/motix/pt\\_pt/noticias/politica/2010/1/6/Integra-discurso-tomada-posse-novo-governo,6697e255-fc83-496a-97a9-0939f929f800.html](http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/politica/2010/1/6/Integra-discurso-tomada-posse-novo-governo,6697e255-fc83-496a-97a9-0939f929f800.html) (consultado em 30 de Março de 2010).

<sup>28</sup> David Filipe, “Lei da Probidade Administrativa divide MPLA,” *Novo Jornal*, 12 de Março 2010.

<sup>29</sup> “Angolan President Warns New Government Against Corruption,” *Reuters*, 8 de Fevereiro de 2010.

juramento para um novo governo, que simbolizava a consolidação do Presidente dos Santos no poder. O juramento teve lugar apenas três semanas após a nova constituição ter sido ratificada, a 21 de Janeiro de 2010. A nova constituição elimina o voto presidencial e dá ao partido com o maior número de assentos no parlamento o direito de nomear o presidente.<sup>30</sup> A constituição foi aprovada em tempo recorde—menos de três meses após as três propostas finais terem sido apresentadas ao público—e com um mínimo de debate público. A aprovação chegou após o partido no poder, o MPLA, ter ganho uns esmagadores 81,7 por cento dos votos e 191 dos 220 assentos parlamentares nas eleições que tiveram lugar em Setembro de 2008, a primeira eleição no país desde 1992,<sup>31</sup> e após dos Santos ter sido reeleito para um mandato de cinco anos na qualidade de líder do partido MPLA, em Janeiro de 2010.<sup>32</sup> De acordo com a nova constituição, os presidentes estão limitados a dois mandatos de cinco anos, a terem início em 2012, mas a cláusula não é retroactiva e não se aplica aos últimos 30 anos em que dos Santos foi presidente. Se dos Santos permanecer líder do partido, o que é altamente provável, pode continuar presidente até 2022, 43 anos após ter chegado ao poder.<sup>33</sup>

---

<sup>30</sup> Economist Intelligence Unit (EIU), “Angola Country Report” (Relatório do País), Fevereiro de 2010, p.10.

<sup>31</sup> Human Rights Watch, *Democracia ou Monopólio: O Regresso Relutante de Angola às Eleições*, Fevereiro de 2009, <http://www.hrw.org/en/reports/2009/02/23/democracia-ou-monop-lho-o>.

<sup>32</sup> Economist Intelligence Unit (EIU), “Angola Country Report( Relatório do País),” Fevereiro de 2010, p.11.

<sup>33</sup> *Ibid.*



### III. Novas Provas de Corrupção e Má Gestão

As denúncias recentes de corrupção e má gestão contrastam nitidamente com as reformas incipientes do governo. Em Fevereiro de 2010, um relatório do governo norte-americano realçou que a corrupção tinha chegado aos mais altos níveis do governo angolano. Surgiram também alegações de corrupção em relação aos investimentos chineses em Angola, ligados ao Fundo de Investimento Chinês, uma entidade privada que se acredita manter relações estreitas com os governos chinês e angolano.

#### A Investigação do Senado norte-americano

A 4 de Fevereiro de 2010, a Subcomissão Permanente de Investigações do Senado norte-americano publicou um relatório de 330 páginas que expunha a corrupção, a lavagem de dinheiro e outras actividades levadas a cabo por funcionários do governo e pelos seus associados, em Angola, Guiné Equatorial, Gabão e Nigéria.<sup>34</sup>

A Subcomissão do Senado detém poder de citação (*subpoena*) e pode obrigar a prestar declarações e apresentar documentos. O seu anterior trabalho pôs a descoberto níveis massivos de corrupção e conduziu a sanções significativas contra instituições e indivíduos.<sup>35</sup> O relatório de 2010 revelou como as receitas de petróleo alimentaram a corrupção e a má gestão em Angola, e destacou a necessidade de transparência e responsabilização governamentais muito maiores.

Os investigadores do Senado analisaram três casos suspeitos que envolviam antigos e actuais funcionários do governo angolano. Dois desses casos têm relevância particular para este relatório e são descritos neste capítulo.

O primeiro consiste numa série de transacções suspeitas feitas entre 1989 e 2007 que envolviam Pierre Falcone, um empresário franco-brasileiro que esteve no centro de um escândalo de corrupção ligado à troca de armas por petróleo durante a guerra civil angolana.

---

<sup>34</sup> United States Senate, Senate Committee on Homeland Security and Government Affairs, Permanent Subcommittee on Investigations, "Keeping Foreign Corruption Out of the United States: Four Case Histories," Majority and Minority Staff Report, 4 de Fevereiro de 2010.

<sup>35</sup> Para a descrição de um investigação anterior da Subcomissão do Senado, consultar Human Rights Watch, "Well Oiled: Oil and Human Rights in Equatorial Guinea," Julho de 2009, pp. 19-38.

Falcone foi detido em França em 2007 e condenado a seis anos de prisão por crimes de comércio ilícito de armas, fraude fiscal e lavagem de dinheiro ligados ao escândalo angolano.<sup>36</sup>

O segundo, envolve as tentativas suspeitas e, no final, sem êxito do Dr. Aginaldo Jaime, antigo governador do banco central de Angola e, posteriormente, vice-primeiro-ministro do país, de transferir US\$50 milhões de contas do banco central angolano para contas privadas nos Estados Unidos entre Junho e Agosto de 2002, altura em que ocupava o cargo de governador do banco central.<sup>37</sup>

## **Pierre Falcone**

O relatório do Senado norte-americano referiu que Falcone é “um célebre traficante de armas, conhecido pela venda de armamento a Angola durante a guerra civil e pela estreita ligação que mantinha com o Presidente angolano José Eduardo dos Santos.”<sup>38</sup> Os investigadores analisaram um vasto conjunto de transacções efectuadas por Falcone e pelos seus familiares entre 1989 e 2007, a partir de 29 contas do Bank of America (BoA) com base em Scottsdale, no Arizona, onde vivia Falcone. Os investigadores identificaram mais de \$60 milhões em transacções suspeitas entre 1999 e 2007.<sup>39</sup>

Falcone foi sujeito a várias investigações criminais ligadas às suas actividades em Angola. Em Dezembro de 2000, as autoridades francesas detiveram Falcone por fraude fiscal e outros crimes ligados ao seu alegado envolvimento na corretagem de um negócio de troca de armamento por dinheiro com o governo angolano, no início da década de 1990. Falcone correu alegadamente cerca de \$600 milhões em negócios de armamento entre 1993 e 1994. A compra destas armas foi alegadamente paga com rendimentos angolanos provenientes de vendas de petróleo, sendo que a Sonangol, por exemplo, pagou algum do dinheiro de uma transacção de 1994 para contas de um banco francês, controladas por uma firma checa, a ZTS OSOS, que forneceu algumas das armas.<sup>40</sup> Falcone passou um ano na prisão após a sua detenção em 2000.

---

<sup>36</sup> Senate Permanent Subcommittee on Investigations, “Keeping Foreign Corruption Out of the United States,” p. 4.

<sup>37</sup> Ibid.

<sup>38</sup> Ibid., p. 248.

<sup>39</sup> Ibid., p. 248.

<sup>40</sup> Human Rights Watch, *The Oil Diagnostic in Angola: An Update* (New York: Human Rights Watch, 2001), <http://www.hrw.org/en/reports/2001/03/01/oil-diagnostic-angola-update>.

O Presidente angolano José Eduardo dos Santos reconheceu que os negócios de armamento entre a ZTS OSOS, Falcone e o governo tiveram, de facto, lugar mas afirmou que foram legítimos. Além disso, dos Santos elogiou Falcone pelos seus esforços por terem ajudado a preservar “a democracia e o Estado de Direito” em Angola. Descreveu as acções de Falcone como um “gesto de confiança e amizade da parte do estado francês” para com o governo angolano, que ajudaram a facilitar o “espectacular crescimento, em cooperação com a França, do sector petrolífero” e de outras actividades económicas. O presidente dos Santos também questionou a razão pela qual as autoridades francesas estavam a investigar e tinham detido Falcone, visto que as armas não tinham sido compradas a empresas francesas ou em França, mas sim a empresas da Europa de Leste.<sup>41</sup> Em Setembro de 2003, o governo angolano foi mais longe e nomeou Falcone para o cargo de Embaixador de Angola na Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) com sede em Paris, atitude vista pela maioria dos espectadores como uma tentativa de lhe conceder imunidade diplomática.<sup>42</sup> A decisão do governo originou um escândalo que tomou proporções mundiais. Por exemplo, em Novembro de 2003, Catherine Deneuve, a célebre actriz francesa, renunciou ao cargo de Embaixadora da Boa Vontade da UNESCO em protesto contra a decisão.<sup>43</sup>

Apesar da nomeação do governo angolano, Falcone foi acusado em 2004, em França, e condenado em 2007 e 2009 por crimes ligados ao escândalo angolano e está actualmente a cumprir uma pena de seis anos de prisão em França.<sup>44</sup>

A controvérsia sobre as actividades de Falcone alastrou-se aos Estados Unidos, pois este mantinha uma residência com a esposa, Sonia de Falcone, no Arizona. A Sra. Falcone deu contribuições de campanha substanciais a vários políticos e partidos políticos, algumas das quais acabaram por ser devolvidas. Segundo os registos da Comissão Eleitoral Federal norte-americana, a Sra. Falcone deu, através da sua Essanté Corporation, \$20 000 e \$80 000 ao Comité Republicano Nacional (RNC) no dia 19 de Maio de 2000, e 16 de Novembro de 2000, respectivamente.<sup>45</sup> Também doou \$2000 ao Partido Republicano do Arizona a 8 de Junho de 2000 e \$1000 ao Comité Presidencial Exploratório do Governador George W. Bush,

---

<sup>41</sup> Ibid.

<sup>42</sup> “Angola Claims Arms Dealer Appointment to UNESCO was Legitimate,” Agence France-Presse, 26 de Setembro de 2003.

<sup>43</sup> “Deneuve Quits UNESCO Post to Protest Angolan Ambassadorial Nomination,” Associated Press, 13 de Novembro de 2003.

<sup>44</sup> Senate Permanent Subcommittee on Investigations, “Keeping Foreign Corruption Out of the United States,” p. 248.

<sup>45</sup> Republican National Committee (RNC), “Report of Receipts and Disbursements to the U.S. Federal Election Commission,” 15 de Junho de 2000, pp. 12, 53, e *addendum*.

a 4 de Abril de 1999.<sup>46</sup> O *Arizona Republic* divulgou que o Ex-Presidente George H.W. Bush esteve presente num evento exclusivo de angariação de fundos, que exigia a doação de \$10 000 por pessoa, a 6 de Outubro de 2000, em que a Sra. Falcone também esteve presente. As receitas do evento reverteriam a favor da campanha presidencial de George W. Bush. O porta-voz de Falcone no Arizona, Jason Rose, disse ao *Arizona Republic* que qualquer insinuação de que estas doações eram uma tentativa da parte dos Falcone de conquistar influência junto de Bush era “infeliz, falsa e errada.”<sup>47</sup> A Human Rights Watch contactou o RNC para apurar o estado destas doações e foi informada por um porta-voz do RNC de que todas as contribuições de campanha de Falcone tinham sido devolvidas no início de Janeiro de 2001, para evitar a aparência de que estas tenham sido inapropriadas.<sup>48</sup>

Outros candidatos e partidos também receberam dinheiro. A campanha presidencial de 2000 do actual senador do Arizona, John McCain, recebeu um total de \$2 800 da Sra. Falcone, entre Abril de 1999 e Abril de 2000. Os registos da Comissão Eleitoral Federal mostram que todos estes fundos foram eventualmente devolvidos. O Comité Democrático Nacional (DNC) recebeu \$2 000 em contribuições da Sra. Falcone a 24 de Maio de 1999. Um porta-voz do DNC disse à Human Rights Watch que não havia qualquer indicação de que o dinheiro tinha sido devolvido, visto não haver razão para suspeitar que poderia ter sido uma doação imprópria, quando foi recebida em 1999.<sup>49</sup>

Sonia Falcone foi acusada pelas autoridades federais do Arizona pelos crimes de fraude de imigração.<sup>50</sup> Em Março de 2007, Falcone declarou-se culpada pelas acusações e concordou abandonar os Estados Unidos como parte do acordo.<sup>51</sup> Segundo relatos, Falcone abandonou o país e partiu para a China em Agosto de 2007.<sup>52</sup>

---

<sup>46</sup> Arizona Republican Committee, “Report of Receipts and Disbursements: July 15 Quarterly Report to the U.S. Federal Election Commission,” 13 de Julho de 2000, p. 12; e Governor George W. Bush Presidential Exploratory Committee, “Report of Receipts and Disbursements: July 15 Quarterly Report to the U.S. Federal Election Commission,” 15 de Julho de 1999, p. 1211.

<sup>47</sup> Dennis Wagner, “Falcone Firm Gave \$100,000 to GOP,” *The Arizona Republic*, 24 de Janeiro de 2001.

<sup>48</sup> Entrevista telefónica da Human Rights Watch a Mark Pfeifle, porta-voz do RNC, Washington D.C., 16 de Fevereiro 2001.

<sup>49</sup> McCain 2000 Inc., “Report of Receipts and Disbursements: October 15 Quarterly Report to the U.S. Federal Election Commission,” 15 de Outubro de 1999; McCain 2000 Inc., “Report of Receipts and Disbursements: Monthly Report to the U.S. Federal Election Commission,” 20 de Março de 2000; Democratic National Committee, “Report of Receipts and Disbursements: July 31 Mid Year Report,” 30 de Julho de 1999; Entrevista telefónica da Human Rights Watch a Rick Hess, porta-voz do Comité Democrático Nacional, Washington, 8 de Março de 2001.

<sup>50</sup> *United States of America v. Sonia Iris Falcone*, “Indictment,” Tribunal Distrital dos Estados Unidos, Distrito do Arizona, 10 de Janeiro de 2006.

<sup>51</sup> Jill Recharge, “Paradise Valley Socialite Admits to Hiring Illegal Immigrants,” *East Valley Tribune*, 22 de Março de 2007.

<sup>52</sup> Julie Panofsky, “East Valley Philanthropist Deported in Plea Deal,” *East Valley Tribune*, 29 de Agosto de 2007.

Os investigadores do Senado detalharam numerosas transacções suspeitas dentro e fora dos Estados Unidos, maioritariamente através de contas detidas pelos Falcone no Bank of America. Entre estas figurava um pagamento de \$20 milhões da Sonangol à Companhia Angolana de Distribuição Alimentar Inc. (CADA), uma empresa de que Falcone é co-proprietário e que também foi implicada no escândalo de armamento e corrupção.<sup>53</sup> Em Julho de 2007, após terem sido clientes durante 18 anos, o Bank of America encerrou as contas dos Falcone. Segundo o relatório do Senado, “o Bank of America lamentou perante a Subcomissão ter mantido contas de um conhecido traficante de armas que, em Julho de 2007, contava já com várias acusações em França.”<sup>54</sup>

### **Dr. Aginaldo Jaime**

O Dr. Aginaldo Jaime é um angolano célebre que ocupou o cargo de governador do Banco Nacional de Angola (BNA) entre Maio de 1999 até Dezembro de 2002, altura em que foi nomeado para assistente do primeiro-ministro. Em 2003, foi nomeado vice-primeiro-ministro. Ocupou esse cargo até 2009, altura em que foi nomeado para a presidência de uma comissão que promove o investimento privado em Angola.<sup>55</sup>

A investigação do Senado norte-americano detalhou uma série de transacções suspeitas no valor de \$50 milhões iniciadas por Jaime quando ocupava o cargo de governador do banco central, entre Junho e Dezembro de 2002. Em cada um dos casos, os fundos foram devolvidos ao banco central porque os bancos estrangeiros suspeitavam das transacções que Jaime autorizou.<sup>56</sup> A Human Rights Watch conduziu uma extensa entrevista a Jaime para o nosso relatório de 2004 sobre a perda de milhares de milhões de dólares dos fundos públicos devido à corrupção e à má gestão, e ao impacto que estas têm sobre os direitos humanos em Angola. Quando questionado pela Human Rights Watch, Jaime recusou repetidamente a divulgação de informação sobre a utilização das receitas de petróleo pelo governo. Jaime também divulgou publicamente declarações que alegavam que “o aquecimento global” era um obstáculo às reformas do governo, incluindo ao aumento da transparência.<sup>57</sup>

---

<sup>53</sup> Senate Permanent Subcommittee on Investigations, “Keeping Foreign Corruption Out of the United States,” p. 260.

<sup>54</sup> *Ibid.*, p. 257.

<sup>55</sup> *Ibid.*, p. 271. A Human Rights Watch informou os investigadores destas alegações pelo menos em 2007.

<sup>56</sup> *Ibid.*, p. 4, 271.

<sup>57</sup> Human Rights Watch, *Alguma Transparência, Nenhuma Responsabilização: A Utilização das Receitas do Petróleo e o Seu Impacto nos Direitos Humanos* (Nova Iorque: Human Rights Watch, Janeiro de 2004).

O relatório do Senado norte-americano revelou que, a 11 de Junho de 2002, Jaime transferiu \$50 milhões da conta Citibank do BNA em Londres para uma conta privada no nome da Mehenou Satou Amouzou, Inc. (MSA). O nome MSA foi baseado num cidadão do Togo que vivia nos Estados Unidos, que disse aos investigadores do Senado ter trabalhado com países africanos para “diversificar os seus recursos.” Mas o relatório do Senado mostrava cepticismo, referindo que Jaime e Amouzou eram os únicos signatários das contas da MSA,<sup>58</sup> que a transferência de fundos partiu de uma conta de “impostos petrolíferos e *royalties*” do BNA, e que, apesar de alegadamente destinada a investimentos cujo lucro reverteria a favor de “ajuda humanitária para o povo angolano,” havia provas de que se tratava de um esquema fraudulento, sendo que os investigadores encontraram poucas provas de que esta transferência era, de facto, destinada a fins humanitários.

Quando o Bank of America (BoA) na Califórnia recebeu, pela primeira vez, os fundos para a conta da MSA, a transferência foi permitida. No entanto, posteriormente, o BoA começou a questionar se não se trataria de uma transacção fraudulenta ou corrupta. Após alguns dias, congelaram os fundos. O relatório do Senado referia que Amouzou e o seu advogado “ameaçaram” e “gritaram com” um funcionário do BoA que recusou disponibilizar os fundos. O BoA também referiu que a disponibilização dos fundos do BNA foi autorizada por Jaime e enviada para uma conta de que Jaime era signatário, contribuindo para aumentar as suspeitas que pairavam sobre a transacção. A 26 de Junho de 2002, Jaime enviou uma carta ao BoA a pedir que os fundos fossem devolvidos. Os fundos foram devolvidos a 1 de Julho de 2002.<sup>59</sup>

O incidente podia apenas ter-se tratado de uma transferência errónea feita por Jaime ou de uma tentativa de defraudar o BNA. No entanto, o relatório do Senado referiu que, a 2 de Agosto de 2002, Jaime informou o banco HSBC de que o banco central iria fornecer um bilhete do tesouro no valor de \$50 milhões para ser usado pela MSA como garantia, alegadamente destinado a financiar projectos de desenvolvimento em Angola. Os fundos foram transferidos em duas parcelas de \$30 milhões e \$20 milhões, a 13 e 14 de Agosto respectivamente. Jaime ordenou a transferência dos bilhetes do tesouro para uma terceira conta no banco Wells Fargo, detida por um advogado que trabalhava com a MSA. Apesar de Jaime ter autorizado a transacção, o Wells Fargo começou a acreditar cada vez mais que a mesma fazia parte de um esquema fraudulento e devolveu os fundos a uma conta do BNA no HSBC, cujo único signatário era Jaime. Jaime tentou, então, transferir os fundos para uma conta do Comerica Bank, detida pela mesma pessoa que detinha a conta encerrada do

---

<sup>58</sup> Senate Permanent Subcommittee on Investigations, “Keeping Foreign Corruption Out of the United States,” pp. 270-2.

<sup>59</sup> *Ibid.*, pp. 270-282.

Wells Fargo, mas a transferência não chegou a ser finalizada. Jaime também tentou que o HSBC emitisse um recibo negociável equivalente a \$50 milhões, mas o HSBC sentiu-se desconfortável com o pedido.<sup>60</sup> Um dos funcionários do HSBC responsáveis pela conformidade referiu,

Este pedido, juntamente com um pedido invulgar recebido no mês anterior para transferir estes mesmos títulos para uma conta mantida noutra banco, que não estava no nome do Banco Central, preocupou-nos ... Estamos preocupados com o facto de que estes pedidos invulgares continuam a ser-nos colocados, e com a pressão enorme que é exercida sobre o banco para que os aceite. Com base no que aqui vejo, parecem fazer parte de um esquema complexo para defraudar o Banco Central dos seus títulos.<sup>61</sup>

Jaime ordenou que os fundos fossem devolvidos ao BNA a 12 de Dezembro de 2002. Por essa altura, tinha já sido nomeado assistente do primeiro-ministro. Os fundos foram finalmente devolvidos ao BNA a 3 de Janeiro de 2003.<sup>62</sup>

Os investigadores do Senado norte-americano referiram que as transacções de Jaime “teriam provavelmente resultado na perda ou roubo dos fundos.”<sup>63</sup> Como tal, as transacções apontam para a existência de maiores problemas no seio do governo em 2002, ano em que o governo não foi capaz de justificar pelo menos \$347 milhões.<sup>64</sup> Durante o mandato de Jaime enquanto governador do banco central, que teve a duração de cerca de três anos, o governo foi incapaz de justificar perto de \$2,4 mil milhões.<sup>65</sup> Nem Jaime nem o governo angolano responderam aos pedidos de entrevista feitos pelos investigadores do Senado norte-americano.<sup>66</sup>

## Falta de Transparência Ligada a Investimentos Chineses em Angola

A análise mais detalhada à opacidade e possível corrupção do governo angolano foi levada a cabo pelo Royal Institute for International Affairs (Chatham House), um respeitado instituto

---

<sup>60</sup> Ibid., pp. 289-301.

<sup>61</sup> Ibid., p. 299.

<sup>62</sup> Ibid., pp. 299-300.

<sup>63</sup> Ibid., p. 270.

<sup>64</sup> Human Rights Watch, *Alguma Transparência, Nenhuma Responsabilização*, p.36.

<sup>65</sup> Human Rights Watch, *Alguma Transparência, Nenhuma Responsabilização*.

<sup>66</sup> Senate Permanent Subcommittee on Investigations, “Keeping Foreign Corruption Out of the United States,” p. 271.

baseado no Reino Unido. Em particular, o Chatham House investigou o privado Fundo Internacional da China (CIF). Em 2005, o CIF forneceu pelo menos \$2,9 mil milhões para financiar a reconstrução pós-guerra em Angola. Ao contrário de outros investimentos chineses, esta assistência foi supervisionada pelo Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN) de Angola. Esta entidade responde apenas perante a presidência angolana. O CIF é uma entidade privada com sede em Hong Kong, presidida pela Sra. Lo Fong Hung e o marido Wang Xiangfei.

O Chatham House divulgou que “o CIF parece ter sido bem-sucedido em posicionar-se entre os governos chinês e angolano (e entre a Sonangol e a Sinopec), e controla o acesso aos recursos angolanos.” O seu relatório referia que “o CIF foi capaz de chegar a esta posição reunindo, no início, uma equipa de quatro empresários bem-relacionados que mantinham estreitas ligações com algumas agências governamentais chinesas. Graças aos seus conhecimentos, celebraram vários contratos e a posição do CIF tornou-se praticamente inatacável.” No entanto, não existem provas directas de que o governo chinês controla ou detém a empresa, e o governo chinês sublinhou publicamente que se trata de uma empresa privada. Por exemplo, Ma Zhaoxu, um porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros chinês, disse, em resposta a uma questão sobre um outro investimento controverso do CIF na Guiné, que o CIF “é uma empresa internacional registada em Hong Kong. Os seus investimentos na Guiné são de sua inteira responsabilidade. O governo chinês nada tem a ver com as suas operações de negócios, nem tem conhecimento de detalhes das mesmas.”<sup>67</sup>

Da mesma forma, o *China Daily* divulgou que a embaixada chinesa no Zimbabué “certifica que o Fundo Internacional da China Ltd. é uma empresa internacional, registada em Hong Kong ... O governo chinês nada tem a ver com as suas operações de negócios.”<sup>68</sup>

No seu relatório, o Chatham House refere que o CIF tinha também formado várias parcerias com a Sonangol, incluindo a China Sonangol International Holding Limited (CSIH), e disse que estas parcerias também estavam ligadas a alguns negócios controversos, tais como transacções que envolviam Pierre Falcone e Arcady Gaydamak.<sup>69</sup>

---

<sup>67</sup> Governo da China: “Comentários do porta-voz do Ministro dos Negócios Estrangeiros Ma Zhaoxu sobre a Cooperação Empresarial entre o Governo da Guiné e o Fundo Internacional da China Ltd,” 19 de Outubro de 2009.

<sup>68</sup> “Embassy Says China Int'l Fund Ltd a HK Firm,” *China Daily*, 30 de Dezembro de 2009.

<sup>69</sup> Alex Vines et al., *Thirst for African Oil: Asian National Oil Companies in Nigeria and Angola* (Londres: Royal Institute of International Affairs, 2009), pp. 50-51.



O CIF também tem gerado controvérsia em outras partes do mundo. Tal como foi mencionado em cima, dirigentes militares da Guiné-Conacri anunciaram um negócio de investimento com a CIF no valor de \$7 mil milhões, a 13 de Outubro de 2009.<sup>70</sup> Esse dia foi também um dia de luto nacional na Guiné em protesto contra o massacre premeditado de manifestantes da oposição política guineense, cometido por membros da guarda presidencial do governo militar.<sup>71</sup> O acordo de exploração mineira desencadeou uma onda internacional de reprovação, por ter sido anunciado pouco tempo depois do massacre de 28 de Setembro. Ironicamente, a delegação original do CIF, reunida para negociar o acordo da Guiné, incluía o presidente da Sonangol, Manuel Vicente, que é também membro da administração da CSIH.<sup>72</sup>

A Human Rights Watch acredita que o governo chinês devia pressionar o CIF para que seja mais transparente em relação às suas actividades na China e no resto do mundo. No caso de Angola, um importante ponto de partida seria apoiar a publicação de uma auditoria à Sonangol, um parceiro-chave do CIF, tal como é exigido pelo Acordo Stand-By do FMI.

### **Alegações de Corrupção pelo General Fernando Miala**

A 24 de Fevereiro de 2006, o Presidente dos Santos anunciou que tinha dispensado o General Fernando Garcia Miala, o poderoso director dos Serviços de Inteligência Externa. O presidente dos Santos também instaurou uma comissão de inquérito para analisar a conduta dos serviços de inteligência.<sup>73</sup> Miala tornou-se chefe dos serviços de inteligência em 2002, e permaneceu uma figura-chave da inteligência até ter sido dispensado. Alguns espectadores especularam que Miala tinha sido afastado por estar a tornar-se num funcionário cada vez mais popular e, como tal, numa potencial ameaça política para o presidente. Foi, de seguida, considerado culpado de insubordinação a 20 de Setembro de 2007 e condenado a quatro anos de prisão.<sup>74</sup> Foi libertado a 9 de Outubro de 2009, na sequência de um indulto presidencial emitido em Abril de 2009.

Durante o julgamento, Miala alegadamente ameaçou identificar altos funcionários do governo que haviam beneficiado das linhas de crédito chinesas do CIF. A ameaça levou

---

<sup>70</sup> “Analysts Question \$7b China-Guinea Mining Deal,” Associated Press, 14 de Outubro de 2009.

<sup>71</sup> “Guinea: Stadium Massacre, Rape, Likely Crimes against Humanity,” comunicado de imprensa da Human Rights Watch, 17 de Dezembro de 2009, <http://www.hrw.org/en/news/2009/12/17/guinea-stadium-massacre-rape-likely-crimes-against-humanity>.

<sup>72</sup> Vines et al., *Thirst for African Oil*, pp. 50-52.

<sup>73</sup> “Angolan president sacks spy chief, orders probe of intelligence services,” Agence France-Presse, 1 de Março de 2006.

<sup>74</sup> “Ex-Chief of Foreign Intelligence Service Sentenced for Insubordination,” *All Africa*, 20 de Setembro de 2007.

funcionários chineses a clarificar que o CIF não estava ligado ao governo. Doadores e ONG também expressaram preocupação em relação à utilização opaca do financiamento do CIF. A 17 de Outubro de 2007, o Ministério das Finanças publicou uma declaração que negava qualquer utilização imprópria dos fundos chineses.<sup>75</sup>

Também se acredita que Miala esteve directamente envolvido nos escândalos de troca de armas por petróleo da década de 1990, que também envolviam Pierre Falcone.<sup>76</sup>

---

<sup>75</sup> “Esclarecimento Sobre a Linha de Crédito da China,” República de Angola, Ministério das Finanças Comunicado de Imprensa, 17 de Outubro de 2007.

<sup>76</sup> Vines et al., *Thirst for African Oil*, pp. 54-55.

## **IV. Alcançar Maior Transparência e Responsabilização**

Apesar de as reformas recentes não terem dado frutos suficientes para remover os obstáculos à transparência e responsabilização em Angola, há, no entanto, perspectivas renovadas de reforma. As mais promissoras podem vir das pressões internacionais, em particular através do FMI e dos seus principais estados-membros, desde que pressionem Angola a prestar contas. Outro possível caminho para a mudança, a Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extractivas (ITIE), é menos provável de vir a ter um papel significativo, sobretudo porque o governo angolano tem constantemente rejeitado a iniciativa. Apesar da campanha Publique O Que Paga (PWYP), uma coligação global de organizações da sociedade civil que exerce pressão para que haja maior transparência e responsabilização no uso das receitas dos recursos naturais, ter exercido pressão regular sobre o governo para aderir à iniciativa, existem poucas pressões externas sobre o governo de Angola nesse sentido.

### **O Fundo Monetário Internacional**

Um novo Acordo Stand-By entre o governo de Angola e o FMI constitui uma oportunidade significativa para que haja maior transparência e responsabilização. Esse acordo, estimulado por uma grave recessão económica causada pelo colapso do preço do petróleo, e assinado em Novembro de 2009, contém várias cláusulas que podem promover uma maior responsabilização em relação à utilização das receitas de petróleo.

A relação entre o governo e o FMI tem sido tensa desde pelo menos a década de 1990. Houve pelo menos quatro Programas Monitorizados pelo Fundo—acordos entre os governos e o FMI para levar a cabo reformas económicas, como condição prévia para os empréstimos—desde 1995. Foram todos motivados por profundas dificuldades económicas e surgiram, frequentemente, em alturas em que o preço do petróleo tinha sofrido uma queda. Foram todos incapazes de alcançar os objectivos, tendo culminado com o abandono de Angola de todos os esforços para entrar num programa formal com o FMI. O último esforço foi abandonado em 2001. O mesmo levou ao surgimento do Estudo Diagnóstico do Sector Petrolífero, publicado pela empresa internacional de contabilidade KPMG, que trouxe a público uma flagrante má gestão das receitas de petróleo. Mais tarde, em 2002, o FMI

apresentou detalhes sobre má gestão e corrupção massiva pelo governo, num relatório sobre a economia angolana, preparado pelos funcionários do Fundo e ainda confidencial.<sup>77</sup>

Entre 2002 e 2009, o FMI e Angola continuaram a discutir a cooperação, mas muito pouco acabou por materializar-se. A principal justificação para a falta de empréstimos prende-se com o facto de o governo ter sido fortalecido pelas receitas provenientes do aumento exponencial do preço do petróleo, e de não querer submeter-se às exigências de maior transparência do FMI. Recentemente, em Julho de 2009, por exemplo, a Economist Intelligence Unit referiu que “Apesar de Angola estar a seguir as orientações do Artigo IV do FMI, nunca teve um programa integral com o Fundo, o que reflecte diferenças fundamentais em termos de políticas económicas, oposição da parte de grupos de interesses e a influência limitada do Fundo face à elevada produção de petróleo.”<sup>78</sup>

No entanto, em Agosto de 2009, o governo reconheceu que as suas circunstâncias económicas tinham-se deteriorado bruscamente. A queda no preço mundial do petróleo causada pela crise económica global tinha enfraquecido significativamente a posição fiscal do governo, levando-o a pedir um empréstimo de emergência ao FMI.<sup>79</sup> A 23 de Novembro de 2009, o FMI anunciou ter acordado com o governo angolano um Acordo Stand-By no valor de cerca de 1,4 mil milhões de USD.<sup>80</sup>

A divulgação integral das receitas de petróleo do governo, uma auditoria pública à Sonangol e, fundamentalmente, contas auditadas das suas despesas são medidas essenciais que devem fazer parte de um acordo.

Como foi mencionado anteriormente, o governo continua a publicar informações sobre as receitas de petróleo na página web do Ministério das Finanças. Há um atraso de dois a três meses na publicação dos dados, mas já faz um trabalho relativamente bom em disponibilizar essa informação.

---

<sup>77</sup> Para uma descrição integral da relação entre Angola e o FMI consultar *Alguma Transparência, Nenhuma Responsabilização*, da Human Rights Watch.

<sup>78</sup> Economist Intelligence Unit (EIU), “Angola Country Report,” Julho de 2009, p. 5.

<sup>79</sup> “Statement at the Conclusion of an IMF Mission to Angola,” Comunicado de imprensa do Fundo Monetário Internacional, 09/278, 7 de Agosto de 2009.

<sup>80</sup> “IMF Executive Board Approves \$1.4 billion Stand-By Arrangement with Angola,” Comunicado de imprensa do Fundo Monetário Internacional, 09/425, 23 de Novembro de 2009.

O Acordo Stand-By inclui o compromisso específico de publicação de uma auditoria de 2008 à Sonangol, que devia ter sido concluída em meados de Novembro de 2009.<sup>81</sup> Esta medida, caso seja implementada, irá fazer incidir uma luz muito necessária sobre as actividades da notoriamente opaca empresa petrolífera detida pelo estado.

O FMI não exigiu uma auditoria das despesas do governo como parte do acordo, mas incitou o governo a efectuar uma revisão semestral do seu orçamento como forma de garantir que está a manter-se fiel aos seus compromissos.<sup>82</sup> Apesar de se tratar de um passo útil, especialmente quando combinado com outros esforços para tornar públicos dados orçamentais básicos, é insuficiente tendo em conta os níveis elevadíssimos de corrupção e má gestão em Angola.

Mesmo assim, se os compromissos assumidos no âmbito do Acordo Stand-By forem cumpridos, tratar-se-á de um passo em frente substancial em direcção à responsabilização em Angola. Mas há razões para estar alerta; o governo assumiu compromissos de reformas anteriormente e não os implementou. No seu relatório de 2009, o FMI referiu que muitas das reformas sugeridas ao governo desde 2004, incluindo a auditoria de orçamentos e a divulgação atempada das contas, não foram implementadas ou mal começaram a ser implementadas.<sup>83</sup>

Os \$1,4 mil milhões devem ser pagos em sete parcelas, entre Novembro de 2009 e Dezembro de 2011. O FMI irá levar a cabo uma análise de desempenho no âmbito do programa, e o conselho de administração do Fundo terá de aprovar cada um dos pagamentos.<sup>84</sup> A Human Rights Watch urge o FMI e os membros do conselho de administração a tornarem os próximos pagamentos dependentes da divulgação pública integral das auditorias da Sonangol e da contabilidade exacta das despesas através da divulgação e actualização regulares das despesas reais do orçamento governamental.

## **A Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extractivas**

A Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extractivas (ITIE) foi lançada pelo primeiro-ministro britânico Tony Blair, na Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo, na África do Sul, a 2 de Setembro de 2002. Trata-se de uma iniciativa

---

<sup>81</sup> Fundo Monetário Internacional “Angola: Pedido de Acordo Stand-By,” Relatório de País do FMI Nº 09/320, Novembro de 2009, p. 9.

<sup>82</sup> *Ibid.*, p. 7.

<sup>83</sup> *Ibid.*, pp. 33-34.

<sup>84</sup> *Ibid.*, p. 32.

voluntária que procura aumentar a transparência das receitas dos recursos naturais através do desenvolvimento de requisitos estandardizados de divulgação para empresas e governos. A iniciativa tem o amplo apoio de empresas multinacionais e nacionais, indústria, organizações, governos, ONG e instituições multilaterais. Aquando da redacção deste relatório, a iniciativa conta com a participação de 35 países. Apenas dois, o Azerbaijão e a Libéria, foram certificados como “em conformidade com a ITIE.”<sup>85</sup>

Desde o seu nascimento, a ITIE tem sido destinada a governos como o de Angola, opacos e ricos em recursos. No entanto, Angola nunca aderiu à iniciativa. Aquando da redacção deste relatório, todas as pressões significativas para que o governo aderisse à ITIE tinham falhado. Por exemplo, funcionários do Banco Mundial contaram à Human Rights Watch, em 2009, que Angola tinha feito muito mais do que alguns dos países signatários da ITIE. Publicou mais informação sobre as receitas do que outros países da ITIE. Quando a Human Rights Watch perguntou por que razão o governo não adere, visto já ter até ultrapassado os requisitos da ITIE, os funcionários do banco disseram-nos que o governo não vê qualquer tipo de “valor acrescentado” na ITIE, por ser “uma coisa de Tony Blair e de George Soros.”<sup>86</sup>

A Human Rights Watch acredita que Angola iria beneficiar da adesão à ITIE mas, dada a falta de interesse da parte do governo e, talvez, a falta de pressão de outras partes, o programa do FMI parece ser um caminho mais viável para as reformas.

## O Papel dos Governos Estrangeiros

Procurando diversificar as suas relações externas, Angola fortaleceu as suas relações com a África do Sul, Rússia e com os seus tradicionais aliados, Portugal e o Brasil. Os últimos dois países forneceram novas linhas de crédito a Angola, incluindo um empréstimo conjunto no valor de \$400 milhões, para ajudar o país durante a sua crise económica.<sup>87</sup> Apesar de terem interesses e de exercerem pressões para fazer investimentos no país, a Índia, Japão e Coreia do Sul não são os investidores que mais se distinguem, em particular no sector petrolífero.<sup>88</sup> Os maiores parceiros comerciais de Angola são a China e os Estados Unidos da América.

A dinâmica económica em mudança levou a uma redução na pressão internacional para que o governo angolano seja mais transparente e responsável. Isto deve-se, em parte, à

---

<sup>85</sup> Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extractivas (ITIE), “Países da ITIE,” [www.eitransparency.org/countries](http://www.eitransparency.org/countries) (consultado em 16 de Fevereiro de 2010).

<sup>86</sup> Entrevista da Human Rights Watch a funcionário do Banco Mundial, Luanda, 30 de Março de 2009.

<sup>87</sup> Economist Intelligence Unit (EIU), “Angola Country Report,” Fevereiro de 2010, pp. 5, 13-14.

<sup>88</sup> Vines et al., *Thirst for African Oil*, p. 31.

crescente influência da China e dos investimentos chineses em Angola, que actuaram como um contrapoder em relação às pressões ocidentais para que houvesse reformas. Os governos ocidentais também abandonaram as pressões por razões ligadas aos seus próprios interesses comerciais e estratégicos. O desenvolvimento mais importante é, talvez, que Angola é um dos dois maiores produtores de petróleo na África Subariana, e tem sido capaz de diversificar os investimentos e as relações diplomáticas com uma série de países que são consumidores importantes de petróleo, tanto na Europa e na Ásia, como com os Estados Unidos: se sentir que está a ser pressionada por um investidor a adoptar medidas de transparência e outras reformas que considere opressivas, pode recorrer aos outros.

## China

Apesar da ascensão da China ter sido referida como uma ameaça à boa governação em Angola, não é a única justificação para a resistência do governo às reformas. A maior parte da má gestão e corrupção angolanas ocorreu quando as empresas e governos ocidentais eram os maiores investidores e parceiros comerciais do país. As empresas ocidentais continuam a ser os maiores investidores no sector petrolífero angolano, e os Estados Unidos são o segundo maior consumidor do petróleo angolano.<sup>89</sup> Não obstante, a ascensão da China como o maior parceiro comercial de Angola ajudou o governo angolano a resistir às reformas, desde logo porque a China e as empresas chinesas não exigem boa governação.

A China mantém relações diplomáticas com Angola desde 1983, mas a maior investida económica chinesa em Angola aconteceu em 2004, quando o Banco de Exportação e Importação da China concedeu um empréstimo de \$2 mil milhões para reconstruir as infra-estruturas do país, em troca de petróleo. Segundo o Chatham House, em 2009 a China já era responsável por empréstimos entre os \$13,4 mil milhões e os \$19,7 mil milhões. Além disso, a generalidade do comércio bilateral da China com Angola aumentou de \$1,8 mil milhões em 2000 para \$25,3 mil milhões em 2008. Aquando desta redacção, a China era o maior importador de petróleo angolano no mundo, e Angola é o maior parceiro comercial da China em África.<sup>90</sup> A China construiu estradas, vias férreas e outras infra-estruturas fundamentais para a reconstrução do país.

A influência económica do governo chinês enquanto parceiro comercial fundamental é substancial, mas tem evitado discutir questões ligadas à governação e transparência, ajudando a desacelerar a caminhada angolana em direcção à responsabilização. O

---

<sup>89</sup> Ibid., p. 56.

<sup>90</sup> Ibid., pp. 5, 40-41.

Presidente dos Santos descreveu as relações entre os dois países como uma parceria “pragmática” sem quaisquer “pré-condições políticas.”<sup>91</sup>

Um executivo angolano que mantém estreitas ligações ao governo, e que trabalha actualmente para uma importante empresa multinacional, disse à Human Rights Watch que “o Ocidente exigia condições e não dava dinheiro nenhum, enquanto a China construía estradas e não pedia nada. O governo sente-se poderoso com o petróleo e os chineses, e não sente a necessidade de mudar.”<sup>92</sup> Esta percepção foi repetidamente reiterada pela sociedade civil, por diplomatas estrangeiros e por outros indivíduos em Angola. O Royal Institute of International Affairs confirmou esta visão quando referiu que “do ponto de vista de Angola, os chineses oferecem financiamento para infra-estruturas estratégicas do pós-guerra que os doadores não financiam” e que “a China oferece um novo modelo de cooperação baseado em linhas de crédito, economia e comércio, que contrasta com os esforços ocidentais de cooperação com base em ajuda que está dependente de condições.”<sup>93</sup>

Apesar de não ter defendido maior transparência e responsabilização, o governo chinês, tal como foi referido em cima, tomou medidas para se distanciar do Fundo Internacional da China (CIF). Mas, enquanto as autoridades chinesas têm sublinhado que o CIF não é uma arma do governo, não pediram ao CIF que divulgasse integralmente as suas actividades, nem apresentaram a contabilidade integral da utilização dos créditos do Banco de Exportação e Importação da China. A maior oportunidade do governo chinês para a promoção da responsabilização em Angola pode bem ser a sua condição de membro do conselho de administração do FMI. Nessa capacidade, pode insistir que o governo cumpra com os termos do Acordo Stand-By, em particular, divulgando uma auditoria da Sonangol (parceiro da CIF em várias parcerias) e divulgando contas exactas de execução do orçamento.

## Os Estados Unidos

Os Estados Unidos são o segundo maior consumidor do petróleo angolano e as empresas norte-americanas são alguns dos maiores investidores no país.<sup>94</sup> Apesar dos seus interesses petrolíferos substanciais, o governo norte-americano tem sido um forte impulsionador da transparência desde o começo da década. Foi um dos primeiros governos a chamar

---

<sup>91</sup> Ibid., p. 33.

<sup>92</sup> Entrevista da Human Rights Watch com executivo de empresa, Luanda, 30 de Março de 2009.

<sup>93</sup> Vines et al., *Thirst for African Oil: Asian National Oil Companies in Nigeria and Angola*, pp. 55-56.

<sup>94</sup> Ibid., pp. 40-41.



periodicamente a atenção para a corrupção, má gestão e falta de transparência nos sectores do petróleo e dos diamantes. Por exemplo, o embaixador norte-americano em Angola, de 2001 a 2004, Christopher Dell, criticou abertamente a corrupção. Apoiou o pedido do FMI para que houvesse mais transparência nas finanças públicas.<sup>95</sup> Apesar dos Estados Unidos terem levantado questões ligadas à transparência, o país também proporcionou um acesso de alto nível a membros do governo angolano. Por exemplo, os Presidentes dos Santos e George W. Bush travaram conhecimento em Washington, em Maio de 2004; apesar de terem discutidos questões ligadas à corrupção e à transparência, a oportunidade fotográfica com Bush fortaleceu a posição de dos Santos em Angola e no estrangeiro.<sup>96</sup>

A administração Obama não se acanhou de discutir os temas da corrupção e da transparência, mas tem sido, de certa forma, branda com o governo Aquando da sua visita a Angola em Agosto de 2009, a Secretária de Estado Hillary Clinton foi questionada por Mary Beth Sheridan do *Washington Post* sobre se “a boa governação estava a ser um tema importante na sua visita a África. Angola tem níveis de corrupção muito elevados, segundo a Transparência Internacional, e o Presidente parece estar a adiar as eleições. Pode dizer-nos o quanto insistiu nestas duas questões?”<sup>97</sup>

Clinton referiu que

A corrupção é um problema em todo o lado. E onde existe, põe em risco a fé das pessoas na democracia, distorce a governação e impede a participação integral das pessoas nas suas sociedades e a provisão de serviços aos cidadãos ... Mas penso ser justo acrescentar que Angola está a começar a dar passos em direcção a maior transparência. Actualmente, o governo angolano publica online as receitas que recebe da indústria petrolífera. Estão a colaborar com os funcionários do Tesouro dos Estados Unidos da América para aumentar a transparência e a eficiência do orçamento governamental e dos assuntos fiscais. O governo já começou e está empenhado em utilizar as suas receitas para construir infra-estruturas em Angola, tal como se pode ver pelas várias estradas em construção pelo país. E, claro, o governo está a agir. Após 27 anos de conflito que enfraqueceram o

---

<sup>95</sup> Consultar, por exemplo, “Peace Prospects in Angola,” *Voice of America*, 11 de Março de 2002.

<sup>96</sup> Ken Silverstein, “The Politics of Petroleum: Gusher to a Few, Trickle to the Rest; Courted by Oil Firms and the U.S., the Elite of Impoverished Angola Have Extracted Wealth from the Boom, Documents Say,” *Los Angeles Times*, 13 de Maio de 2004.

<sup>97</sup> Departamento de Estado norte-americano, Secretária de Estado Hillary Rodham Clinton, “Comentários com o Ministro dos Negócios Estrangeiros angolano, Assunção Afonso dos Anjos,” Luanda, Angola, 9 de Agosto de 2009.

tecido da sociedade, Angola conseguiu não só uma solução pacífica mas também a reconciliação dos seus cidadãos, uns com os outros. E, como tal, os temas da boa governação, o Estado de Direito e os esforços contra a corrupção vão fazer parte da parceria estratégica que eu e o ministro iremos conduzir.<sup>98</sup>

Durante a sua viagem, a Secretária anunciou um Diálogo de Parceria Estratégica bilateral com Angola. No primeiro encontro de diálogo em Novembro de 2009, as partes anunciaram dois grupos de trabalho: Cooperação Energética e Cooperação de Segurança. O encontro parece não ter abordado o tema da transparência; uma declaração norte-americana descreveu-o como tendo sido centrado num “diálogo com representantes do sector privado, uma discussão sobre as prioridades do sector angolano das energias renováveis, e uma mesa-redonda sobre as melhores práticas utilizadas para incorporar o mapeamento eólico, a energia solar, a biomassa e a energia hidroeléctrica numa estratégia de energias renováveis.”<sup>99</sup>

Antes do encontro, Clinton tinha anunciado que melhor transparência fazia parte da estratégia da administração de combate à corrupção em estados ricos em petróleo, como Angola. Num discurso para o Conselho Empresarial, proferido a 1 de Outubro de 2009 na Cimeira Empresarial Africana, a Secretária afirmou:

[E]ncorajamos a Nigéria, Angola e outros países produtores de energia a gerirem os seus recursos e escaparem à maldição dos recursos naturais que tem assolado grande parte do continente. Temos um novo cargo no Departamento de Estado. É o cargo de Coordenador dos Assuntos Energéticos Internacionais ... para colaborar com os nossos países parceiros. Vamos dar assistência aos novos produtores na criação de sistemas de gestão da transparência das receitas para os ajudar a evitar os desafios que outros países enfrentaram, face a grandes fluxos de dinheiro provenientes do petróleo, gás ou extracção mineira.

E, para esse fim, estamos felizes em ter contribuído com \$6 milhões na semana anterior, para o fundo fiduciário multi-doador do Banco Mundial para a Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extractivas. Acreditamos que, com o quadro legal certo, África

---

<sup>98</sup> Ibid.

<sup>99</sup> “US and Angola Hold Strategic Dialogue,” comunicado de imprensa do Departamento de Estado norte-americano, 16 de Novembro de 2009.

pode ser um enorme mercado para investimentos e para o crescimento económico, bem como um sólido produtor e fornecedor de energia.<sup>100</sup>

Apesar de as metas serem louváveis, Angola tem sido firme na sua recusa em aderir à ITIE e já publica informação razoavelmente actualizada sobre as receitas de petróleo, que é o que a ITIE procura conseguir. O problema é a inexistência de contabilidade adequada das despesas, a Sonangol ainda ser muito opaca e indivíduos como Jaime ainda não terem sido investigados ou responsabilizados pelos seus actos.

Seria mais vantajoso para os Estados Unidos se tomasse outras medidas, tais como usar a sua posição enquanto membro do conselho de administração do FMI para exigir o total cumprimento dos termos do Acordo Stand-By, incluindo, e sobretudo, a publicação de uma auditoria da Sonangol e um inventário exacto das despesas; aprofundar a investigação das actividades de Jaime e de outros funcionários em relação a instituições norte-americanas; e recusar vistos a indivíduos alegadamente ou efectivamente envolvidos em actividades corruptas, para impedi-los de desviar riqueza de Angola para os Estados Unidos. De um modo geral, a administração Obama deve adoptar as recomendações presentes no relatório da Subcomissão Permanente de Investigações do Senado sobre corrupção, a respeito da necessidade de reforçar a aplicação da legislação e das políticas existentes contra a corrupção, e sugerir nova legislação para conter as actividades dos cleptocratas nos Estados Unidos.

## **França**

As acções do governo angolano dirigidas ao governo francês e a resposta francesa ilustram bem a forma como Angola se serviu da sua posição enquanto maior produtor de petróleo da África Subsariana para retaliar contra países que tentam abordar o tema da corrupção no país. Desde 2004, o governo angolano tem vindo repetidamente a criticar as autoridades francesas pelo escândalo “Angolagate,” a investigação francesa sobre a série de transacções suspeitas que envolviam Pierre Falcone e as autoridades angolanas, já descritas anteriormente. O governo retaliou, então, contra os interesses comerciais franceses, como forma de expressar o seu desagrado. Por exemplo, a 5 de Novembro de 2004, a petrolífera francesa Total, pertencente ao grupo das seis “supermajor,” anunciou que a Sonangol não iria renovar a licença petrolífera da Total para um pequeno bloco de petróleo. A acção consistiu numa retaliação à detenção de Pierre Falcone e à investigação

---

<sup>100</sup> Departamento de Estado norte-americano, Secretária de Estado Hillary Rodham Clinton, “Comentários do Conselho Empresarial na Sétima Cimeira Bienal Empresarial Africana EUA-África,” Washington DC, 1 de Outubro de 2009.

em curso sobre a troca de armas por petróleo.<sup>101</sup> O bloco foi atribuído à empresa chinesa Sinopec no final de Fevereiro de 2005.<sup>102</sup>

A tensão entre Angola e França continuou durante a investigação do “Angolagate.” A situação era de tal forma séria que o presidente francês Nicolas Sarkozy viajou a Angola em Maio de 2008 para “virar a página aos desentendimentos do passado,” relacionados com o caso “Angolagate.”<sup>103</sup> A visita teve lugar imediatamente antes do início do julgamento do “Angolagate” em França. O julgamento terminou a 27 de Outubro de 2009 com a condenação de Falcone pelo tribunal a seis anos de prisão.

A tensão entre França e Angola voltou a escalar desde Janeiro de 2010, no seguimento de um ataque armado contra uma equipa de futebol togolesa na província angolana rica em petróleo do enclave de Cabinda, a 8 de Janeiro. Uma facção da guerrilha separatista Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), no exílio em França, reivindicou a responsabilidade pelo ataque que matou dois togoleses e feriu pelo menos nove outros. O incidente, ocorrido na véspera do Campeonato Africano das Nações em Angola, dirigiu a atenção mundial para o conflito separatista ainda não resolvido em Cabinda, que persiste desde 1975. O governo angolano exigiu a extradição imediata dos líderes da FLEC de França para Angola, e acusou o governo francês de inércia em relação aos presumíveis autores do “ataque terrorista.”<sup>104</sup> No entanto, as autoridades francesas insistiram em levar o caso a tribunal em França e pediram uma investigação adequada de apuração dos factos do incidente.<sup>105</sup> Em Fevereiro, o diário estatal *Jornal de Angola* dirigiu, em colunas de opinião escritas sob pseudónimos, ataques ferozes à França e a *Agence France Press*, alegando existir uma conspiração francesa contra Angola a que foi dado o nome “Francegate.”<sup>106</sup>

---

<sup>101</sup> Olivia Amaewhule, “Angola Carries Out Earlier Threats to Total Over French Arms Allegations,” *Análise Diária do Centro de Investigação dos Mercados Mundiais*, 8 de Novembro de 2004.

<sup>102</sup> “China’s Sinopec Replaces Total,” *Africa Energy Intelligence*, 2 de Março de 2005.

<sup>103</sup> “France, Angola, to Turn Page of ‘Misunderstandings’-Sarkozy,” *BBC*, 23 de Maio de 2008.

<sup>104</sup> “Governo Angolano instaura processo contra autores de ataque terrorista,” *Angop*, 13 de Janeiro de 2010.

<sup>105</sup> “Luanda e Paris no combate a FLEC,” *Rádio Nacional de Angola*, 21 de Janeiro de 2010.

<sup>106</sup> Álvaro Domingos: “Homicidas pressionam Justiça,” *Jornal de Angola*, 2 de Fevereiro de 2010; Álvaro Domingos: “Imprensa francesa e a música de fundo,” *Jornal de Angola*, 2 de Fevereiro de 2010.

## V. Recomendações

### Ao Governo de Angola

- Apresentar detalhes completos do orçamento nacional e produzir actualizações regulares que pormenorizem as despesas com exactidão. A informação sobre as receitas e despesas do governo deve ser de fácil acesso e apresentada numa forma que possa ser compreendida pelo público.
- Efectuar uma auditoria completa à empresa petrolífera detida pelo estado, a Sonangol, e tornar os resultados públicos.
- Exigir que a Sonangol divulgue todas as suas relações empresariais com o Fundo Internacional da China.
- Investigar as transacções suspeitas no valor de \$50 milhões iniciadas por Aguinaldo Jaime em 2002.

### Ao Governo da China

- Divulgar, na totalidade e publicamente, se existe alguma relação entre o governo chinês e o Fundo Internacional da China, inclusive se alguns funcionários do governo ocupam, simultaneamente, cargos no CIF e se os funcionários do CIF alguma vez se apresentaram em nome do governo chinês; assistência ou financiamento do governo, caso existam, dados ao CIF; e a natureza dos contactos entre o CIF e os funcionários do governo, incluindo o âmbito dos esforços levados a cabo pelos funcionários do governo em nome dos interesses comerciais do CIF.
- Exigir que o Fundo Internacional da China divulgue, na totalidade, os seus interesses empresariais em Angola e com a Sonangol.
- Insistir para que o CIF divulgue as suas participações financeiras globais, e fazer disto um requisito para qualquer novo financiamento dado pelo governo chinês ao CIF.
- Insistir para que o governo de Angola apresente a contabilidade integral das suas receitas e efectuar uma auditoria às despesas, especialmente se houver fundos do governo chinês ou financiamentos privados implicados.

### Ao Governo dos Estados Unidos da América

- Enquanto membro do conselho de administração do FMI, apoiar as cláusulas do Acordo Stand-By do FMI e garantir que o governo angolano as cumpre. Em particular, insistir para que haja maior transparência—incluindo a publicação das auditorias da Sonangol

e actualizações regulares que detalhem as despesas do governo—antes que as próximas parcelas do empréstimo do FMI sejam desembolsadas.

- Investigar o caso de Aginaldo Jaime e as suas tentativas de transferir \$50 milhões para os Estados Unidos através de bancos norte-americanos.
- Adoptar todas as recomendações presentes no relatório de Fevereiro de 2010 da Subcomissão Permanente de Investigações do Senado.
- Organizar um grupo de trabalho interagências sobre cleptocracia, para coordenar a assistência diplomática, económica e de desenvolvimento, e as medidas de controlo da aplicação da lei necessárias para combater eficazmente a cleptocracia.

### **Aos Outros Membros do Conselho de Administração do FMI**

- Apoiar as cláusulas do Acordo Stand-By do FMI e garantir que o governo angolano age em conformidade com as mesmas, antes de votar a aprovação das próximas parcelas do empréstimo. Em particular, insistir na publicação das auditorias da Sonangol e de actualizações regulares que detalhem as despesas do governo.

### **Ao Fundo Monetário Internacional (FMI)**

- Insistir que o governo publique auditorias regulares e atempadas da Sonangol como parte dos compromissos assumidos no âmbito do Acordo Stand-By.
- Antes de votar se o pagamento de novas parcelas do financiamento deve ser feito, em conformidade com o Acordo Stand-By, tomar conhecimento do progresso feito pelo governo angolano em aumentar a transparência, incluindo a publicação das auditorias da Sonangol e de actualizações regulares que detalhem as despesas do governo.

## **VI. Agradecimentos**

A pesquisa e redacção deste relatório são da autoria de Arvind Ganesan, director do Programa de Negócios e Direitos Humanos da Human Rights Watch. A pesquisa adicional foi conduzida por uma investigadora da Divisão de África. O relatório foi revisto por Aisling Reidy, consultora jurídica sénior; e Joe Saunders, vice-director de programas. Sophie Richardson foi responsável pela revisão especializada. A composição e produção foram coordenadas por Kristina DeMain, coordenadora de Negócios e Direitos Humanos e por Grace Choi, directora de publicações. A assistência de produção adicional foi prestada por Fitzroy Hepkins, responsável pela correspondência e Jose Martinez, coordenador de produção. Gostaríamos de estender os nossos agradecimentos a todos os indivíduos que entrevistámos e que forneceram outro tipo de informação para este relatório.

## “Transparência e Responsabilização em Angola”

### Uma Actualização

O governo de José Eduardo dos Santos, no poder em Angola desde 1979, tem historicamente mal gerido as receitas de petróleo substanciais do país e tem-se servido do controlo que detém sobre a riqueza petrolífera para se proteger do escrutínio público. Apesar de o governo ter introduzido algumas reformas importantes em prol da transparência no sector petrolífero nos últimos anos, há muito mais a fazer para refrear a corrupção e dar aos cidadãos angolanos as ferramentas necessárias para responsabilizar o governo pelas suas acções.

Em 2004, a Human Rights Watch documentou como cerca de \$4,2 mil milhões desapareceram dos cofres do estado entre 1997 e 2002, um número aproximadamente igual a todas as despesas sociais e humanitárias, estrangeiras e nacionais, feitas em Angola durante o mesmo período. Enquanto milhões de angolanos empobrecidos e devastados pela guerra subsistiam sem acesso a hospitais ou escolas, foram desperdiçados milhares de milhões de dólares que poderiam ter sido investidos em serviços sociais necessários.

Desde essa altura, o governo deu alguns passos importantes, incluindo medidas para aumentar a transparência das receitas de petróleo, mas ainda não publicou as auditorias da Sonangol, a empresa petrolífera estatal, nem fez o suficiente para permitir que os cidadãos controlem as despesas do governo. Além disso, os indicadores de desenvolvimento de Angola continuam entre os piores do mundo.

O país continua a ser um exemplo dos problemas que flagelam um estado rico em recursos. Os seus dirigentes têm oportunidades únicas de enriquecimento e corrupção, sobretudo dada a falta de suficiente transparência ou espaço político para que o público os chame à responsabilidade.

*Transparência e Responsabilização em Angola* analisa as reformas feitas até à data, expõe pormenores sobre escândalos de corrupção recentes e apresenta recomendações sobre os passos que as autoridades angolanas, o FMI e os parceiros-chave, tais como a China e os Estados Unidos podem dar para garantir que as reformas levadas a cabo são significativas e duradouras.

*Crianças vasculham o lixo ao lado de um complexo da Sonangol (empresa petrolífera estatal). Angola é o maior produtor de petróleo da África Subsariana.*

© 2010 Robin Hammond/Panos

